



RÁDIO ANHANGUERA S.A
CNPJ/MF 01.534.494/0001-57 NIRE: 52.3.0000168.4
BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A diretoria da RÁDIO ANHANGUERA S.A., pessoa jurídica de direito privado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral as Demonstrações Financeiras do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como colocar à disposição, dos interessados, os documentos suporte e informações que trata a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e alterações posteriores, os CPC's, podendo ser solicitados na sede social da sociedade, à Rua Tomaz Edson, nº 400, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, durante o expediente comercial.

Goiânia, 24 de março de 2015.

JAIME CÂMARA JÚNIOR
Diretor Presidente

TASSO JOSÉ DA CÂMARA
Diretor Superintendente

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(Valores expressos em reais milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	14	5	13	Fornecedores	11	33	43	19
Contas a receber de clientes	7	826	80	160	Obrigações tributárias	12	2	2	5
Impostos a recuperar	8	3	25	25	Obrigações sociais e trabalhistas	13	49	54	45
Outros ativos circulantes	8	5	10	4	Adiantamentos de clientes		2	4	4
Total do ativo circulante		848	120	202	Total do passivo circulante		86	103	73
ATIVO NÃO CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes	7	16	18	9	Obrigações tributárias	12	1	1	1
Depósitos judiciais		3	3	232	Imposto de renda e contribuição social diferidos		454	300	136
		19	21	241	Provisão para riscos		17	17	504
Imobilizado	10	2.742	2.818	2.894	Empréstimos com partes relacionadas		2.738	1.954	1.198
Total do ativo não circulante		2.761	2.839	3.135	Total do passivo não circulante		3.210	2.272	1.839
TOTAL DO ATIVO		3.609	2.959	3.337	Total do passivo		3.296	2.375	1.912
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	14 a	1.519	7.469	7.469
					Reservas de reavaliação	14 b	635	650	655
					Retenção de Lucros		-	128	103
					Prejuízo acumulado		(1.841)	(7.664)	(6.802)
					Total do patrimônio líquido		313	584	1.425
					TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.609	2.959	3.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	16	333	357
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	(567)	(508)
LUCRO BRUTO		(234)	(151)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Comerciais	17	(236)	(33)
Gerais e administrativas	17	(357)	(260)
Tributárias	18	(30)	(30)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	-	-
		(623)	(323)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(857)	(474)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	20	14	(202)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(843)	(676)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(49)	(191)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(892)	(867)
Lucro por lote de mil ações (básico e diluído) - R\$	34		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		(892)	(867)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Aporte de capital		750	-
Ajuste depreciação RTT		(129)	26
Depreciação e amortização	17	76	76
		(195)	(765)
Variáveis nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(744)	71
Impostos e contribuições a recuperar		22	-
Outras contas a receber de empresas ligadas		-	-
Outros ativos circulantes e não circulantes		5	223
		(717)	294
Variáveis nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(10)	24
Obrigações sociais e trabalhistas		(5)	9
Obrigações tributárias		-	(3)
Adiantamento de clientes		(2)	-
Provisões para riscos		-	(487)
Outras obrigações		154	164
Caixa (aplicado nas) gerado pelas nas atividades operacionais		137	(293)
Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais		(775)	(764)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de empréstimos e financiamentos com empresas ligadas		784	756
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		784	756
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9	(8)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	5	13
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	14	5
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9	(8)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva de reavaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Reapresentado)		7.469	655		103		(6.802)	1.425	
Prejuízo líquido do exercício					26		(867)	(841)	
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Realização de reserva de reavaliação	15 b		(5)				5	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapresentado)		7.469	650		129		(7.664)	584	
Prejuízo líquido do exercício							(892)	(892)	
Redução Capital Social		(6.700)					6.700	-	
Aporte de Capital		750						750	
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Realização de reserva de reavaliação	15 b		(15)		(129)		15	(129)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.519	635				(1.841)	313	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JAIME CÂMARA JÚNIOR
Diretor Presidente

TASSO JOSÉ DA CÂMARA
Diretor Superintendente

CLÁUDIA TEREZA CONSTANTINO TOLEDO
Contadora CRC/GO - 12056/O

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rádio Anhanguera S/A, pessoa jurídica de direito privado, é uma emissora de radiodifusão, que opera por meio de concessão regulamentada pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, expedida pelo Ministério das Comunicações, e tem como atividade preponderante a exploração de serviços de comunicações, com finalidades artísticas, educacionais e culturais, exercendo também atividades de propaganda comercial e correlata. A sede administrativa encontra-se localizada à Rua Tomaz Edson, Número 400, Quadra 7, Bairro Serrinha, na cidade de Goiânia-Go. A Empresa é uma controlada da OJC Administração e Participações S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A moeda funcional da Sociedade e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as seguintes principais práticas contábeis:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa:

Inclui caixa, depósitos bancários à vista.

3.2. Contas a Receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

São demonstradas pelos valores faturados de competência até a data dos balanços, reduzidos de provisão para crédito de liquidação duvidosa, calculada com base na análise individual dos valores a receber, em montante considerado pela Administração, como suficientes para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos.

3.3. Imobilizado:

Os bens do imobilizado estão demonstrados ao valor de custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis e deduzidos da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua vida útil seja integralmente baixado.

A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.4. Intangíveis:

Os ativos intangíveis são adquiridos separadamente ou gerados internamente e possuem vidas úteis definidas. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada desses ativos. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

3.4.1. Softwares:

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 11 e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistema de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecido como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos:

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, inclusive as unidades geradoras de caixa, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.6. Demais ativos circulantes e não circulantes:

São apresentados pelo menor valor entre custo, rendimentos, variações monetárias auferidos e realização, conforme aplicável.

3.7. Passivos:

Reconhecidos pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos, previstas contratual ou legalmente, até a data do balanço.

3.8. Provisões:

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os



valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos montantes requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando a Sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.8.1. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Como facultado pela legislação fiscal vigente, a Sociedade adota o regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando se tomarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando são correspondentes a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", casos em que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

3.9. Ativos e passivos financeiros:

São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os demais ativos e passivos financeiros são representados, principalmente, por créditos e débitos com partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos, outras contas a receber e a pagar. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A redução ao valor recuperável de ativos financeiros é avaliada por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício e reconhecida se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros:

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

iv) Baixa de ativos e passivos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Sociedade. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros:

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.10. Reconhecimento de receita:

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, desconto comerciais ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita somente é reconhecida quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador, o valor da receita possa ser estimado com segurança e quando for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela Sociedade.

A receita decorrente da prestação de serviços de publicidade é reconhecida no momento da efetiva veiculação da publicidade, independente do faturamento ou recebimento.

3.11. Transações em moeda estrangeira:

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real. Com isto, as transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas dos balanços.

3.12. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a saber:

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", o IASB divulgou a IFRS 9 em 2009 como parte da primeira fase de substituição da IAS 39, norma considerada extremamente complexa. A IFRS 9 busca abordar de forma mais simples a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A norma requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. Com relação ao passivo financeiro, a principal mudança é que nos casos de variação do valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade, a porção de mudança, deve ser apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A administração entende que a aplicação dessas alterações não terão efeitos significativos sobre os saldos reportados anteriormente.

4. JULGAMENTOS ESTIMATIVAS E PRESSUMIDAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos: Quando há indicadores de redução do valor recuperável de ativos, a Sociedade elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: São reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração premissas de mercado, tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico e do mercado específico em que a Sociedade atua, entre outros fatores.

(iii) Depreciação do ativo imobilizado: A depreciação do imobilizado é calculada pelo método de quotas constantes. A Administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem substancialmente a vida útil econômica dos bens.

(iv) Provisões: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

5. REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES DO EXERCÍCIOS ANTERIORES

Correção de erro

Foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros", os seguintes assuntos:

• Ajuste de imposto de renda e contribuição social diferido passivo em decorrência da diferença entre a depreciação fiscal e societária. As demonstrações financeiras de 1º de Janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme descrito acima.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

5.1. Cifras comparativas do Balanço

	31/12/2014			01/01/2014		
	Emitido Anteriormente	Ajuste	Reapresentado	Emitido Anteriormente	Ajuste	Reapresentado
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
Total do ativo circulante	120	-	120	202	-	202
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Total do ativo não circulante	2.839	-	2.839	3.135	-	3.135
TOTAL DO ATIVO	2.959	-	2.959	3.337	-	3.337
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Total do passivo circulante	103	-	103	73	-	73
NÃO CIRCULANTE						
Total do passivo não circulante	2.272	-	2.272	1.839	-	1.839
TOTAL DO PASSIVO	2.375	-	2.375	1.912	-	1.912
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	7.469	-	7.469	7.469	-	7.469
Reservas de reavaliação	650	-	650	655	-	655
Retenção de Lucros	-	129	129	-	103	103
Prejuízo acumulado	(7.535)	(129)	(7.664)	(6.699)	(103)	(6.802)
Total do patrimônio líquido	584	-	584	1.425	-	1.425
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.959	-	2.959	3.337	-	3.337

5.2. Demonstração do resultado

	31/12/2014		
	Emitido Anteriormente	Ajuste	Reapresentado
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(474)	-	(474)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(202)	-	(202)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(676)	-	(676)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(185)	(26)	(191)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(841)	(26)	(867)

5.3. Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2014		
	Emitido Anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	(841)	(26)	(867)
Resultado abrangente do exercício	(841)	(26)	(867)

5.4. Demonstração do fluxo de caixa

	Emitido Anteriormente	31/12/2014	
		Ajuste	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	(841)	(26)	(867)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Ajuste depreciação RTT	-	26	26
Depreciação e amortização	76	-	76
	765	-	765
	294	-	294
Variações nos ativos operacionais	(293)	-	(293)
Variações nos passivos operacionais	(764)	-	(764)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	756	-	756
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	(8)	-	(8)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder da Sociedade. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos	14	5

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2015		31/12/2014	
	Emitido Anteriormente	Ajuste	Emitido Anteriormente	Ajuste
Duplicatas a receber	140	-	134	-
Cheques em cobrança/devolvidos	753	-	41	-
Permutas	7	-	7	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58)	-	(84)	-
Total	842	-	98	-
Circulante	826	-	80	-
Não Circulante	16	-	18	-

Para determinar a recuperabilidade de contas a receber de clientes é considerada, qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. O saldo de contas a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está distribuído conforme segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Emitido Anteriormente	Ajuste	Emitido Anteriormente	Ajuste
Operações com Órgãos Públicos:				
Caixa	7	-	5	-
A vencer	-	-	-	-
Vencidos	-	-	-	-
Abertos até 60 dias	7	-	3	-
Abertos de 61 a 90 dias	13	-	-	-
Abertos de 91 a 180 dias	2	-	-	-
Abertos de 181 a 360 dias	-	-	20	-
Acima de 361 dias	81	-	63	-
Total Geral	110	-	91	-

	31/12/2015		31/12/2014	
	Emitido Anteriormente	Ajuste	Emitido Anteriormente	Ajuste
Operações Privado				
Caixa	15	-	22	-
A vencer	-	-	-	-
Vencidos	-	-	-	-
Abertos até 60 dias	-	-	3	-
Abertos de 61 a 90 dias	-	-	-	-
Abertos de 91 a 180 dias	4	-	-	-
Abertos de 181 a 360 dias	1	-	10	-
Acima de 361 dias	21	-	55	-
Total Geral	41	-	91	-

O saldo de "Contas a receber de clientes" inclui valores vencidos, no final do exercício, de Entidades públicas federais, estaduais e municipais, apresentados no ativo não circulante, para os quais a Sociedade não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que a Administração entende que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis.

O prazo médio de recebimento de contas a receber, ao final do exercício de 2015, corresponde aproximadamente a 190 dias para vendas realizadas com órgãos públicos e 35 dias para vendas realizadas para o setor privado.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	84	89
Constituições	18	6
Reversão	(44)	(11)
Saldo final	58	84

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Referem-se substancialmente a créditos acumulados de impostos incidentes sobre operações mercantis, impostos e contribuições sociais retidos sobre faturamento de serviços, os quais são considerados pela Administração da Sociedade como realizáveis no curso normal de suas operações e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF a compensar	-	-
IRPJ/CSLL a compensar	-	24
PIS / COFINS a compensar	-	1
Outros	3	-
Total	3	25

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os outros ativos são compostos da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a funcionários	3	8
Adiantamento a terceiros	1	1
Depósitos judiciais (a)	3	3
Despesas Antecipadas	-	-
Outros	1	1
Total	8	13
Circulante	5	10
Não Circulante	3	3

(a) A Administração não tem expectativa de realizar estes valores no exercício por não haver previsão de julgamento ou trânsito em julgado.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto como segue:

Descrição	31/12/2015		31/12/2014		Taxas Dep.%
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Terrenos	750	-	750	750	-
Edificações	1.913	(205)	1.708	1.708	25 a 50
Instalações	154	(143)	11	11	10
Máquinas e equipamentos	989	(642)	347	347	8 a 15
Móveis e utensílios	4	(4)	-	-	10
Motors e aparelhos	24	(22)	2	2	8 a 15
Computadores e periféricos	9	(9)	-	-	5
Total	3.843	(949)	2.818	2.818	

A Sociedade monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado por seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao "CPC 27 - Imobilizado" e ao "ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27 - Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimentos".

A movimentação do imobilizado líquido em 2015 e 2014 é demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2014		31/12/2015		Transf.	31/12/2015
	Adição	Baixas	Depreciação	Adição		
Terrenos	750	-	-	750	-	750
Edificações	1.707	-	(41)	1.708	-	1.666
Instalações	11	-	(1)	11	-	10
Máquinas e equipamentos	348	-	(33)	315	-	315
Motors e aparelhos	2	-	(1)	2	-	1
Total	2.818	-	(76)	2.742		

11. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores refere-se a contas a pagar com terceiros:

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais (a)	33	36
Permutas	-	-
Total	33	43

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2015	31/12/2014
PIS e COFINS a recolher	1	-
PIS/COFINS dif. s/receita c/ O.P. (b)	1	-
IRPJ/CSLL dif. Reserva de Reavaliação (c)	-	-
Outros	1	2
Total	3	3
Circulante	2	2
Não Circulante	1	1

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALÁRIOS

As obrigações sociais e salários são como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para férias	21	26
Salário a pagar	13	15
Encargos a recolher sobre salários	7	7
Encargos a recolher sobre férias	4	4
Outras obrigações	-4	-2
Total	49	54

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2015 o Capital Social é representado por 1.519.151 (um milhão quinhentas e dezenove mil e cento e cinquenta e uma) ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada.

(b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da Sociedade, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social, correspondentes, estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação é realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**15.1. Utilização de espaço para publicidade**

Tendo em vista a característica do mercado em que a Sociedade atua, é comum ocorrerem espaços na grade de inserção de anúncios, em razão da ausência de publicidade paga. Quando isso ocorre, é alocada publicidade de responsabilidade social e comunitária e de outras Sociedades do grupo, sem remuneração. Essa prática, comum no setor de mídia, é denominada como preenchimento do "calhau", não gerando nenhum tipo de receita e/ou despesa para as Sociedades do Grupo, uma vez que não existe valor/custo a ser alocado.

15.2. Contratos de mútuo

As principais operações com partes relacionadas correspondem à concessão e/ou obtenção de empréstimos para outras Sociedades do grupo, com taxa de remuneração igual a zero e prazo de vencimento em 01 de janeiro de 2015, conforme Contrato de Mútuos.

Contratos de mútuos e empréstimos	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Televisão Anhanguera S.A.	-	-	-	-
Gráfica e Editora o Popular Ltda.	-	1.540	-	1.374
Rádio Araguaia Ltda.	-	754	-	194
Rádio Executiva	-	152	-	85
Netcam Ltda.	-	292	-	301
Total	-	2.738	-	1.954

15.3. Rateio de despesas

A Sociedade atua de forma integrada com as empresas do Grupo e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas. Os valores reembolsados para a Televisão Anhanguera S/A em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Despesas	Recuperação de despesas	Despesas	Recuperação de despesas
Televisão Anhanguera S/A	155	-	-	14
Total	155	-	-	14

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Publicidade	258	319
Publicidade Órgãos Públicos	91	73
Outras Receitas	-	-
Total de Serviços prestados	349	392
Deduções		
Impostos incidentes sobre as vendas	(16)	(17)
Descostos e cancelamentos	-	(19)
Total de deduções	(16)	(36)
Receita operacional líquida	333	357

17. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2015	31/12/2014
Serviços de Terceiros	(305)	(274)
Despesa com pessoal, benefícios e encargos	(276)	(183)
Energia Elétrica	(192)	(110)
Direitos autorais e de transmissão	(99)	(13)
Depreciações e amortizações	(76)	(76)
Despesa com materiais de consumo	(50)	(43)
Outros custos e despesas	(162)	(102)
Total	(1.160)	(801)
Custos dos serviços prestados	(567)	(508)
Despesas comerciais	(236)	(33)
Despesas gerais e administrativas	(357)	(260)
Total geral	(1.160)	(801)

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2015	31/12/2014
COFINS	-	-
IPPU / ITU	(28)	(26)
TAXAS DE LICENCAS PUBLICAS	(2)	(4)
Total	(30)	(30)

19. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Outras Receitas		
Recuperação de despesas	-	3
Recuperação de Tributos	-	204
Reversão de Devedores Duvidosos	-	5
Total	-	212
Outras Despesas		
Perdas Eventuais	-	-
Total Outras receitas / despesas operacionais	-	212

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	19	-
Juros ativos	1	1
Total Receita	20	20
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(2)	(2)
I O F S/ Mútuos	(3)	(5)
Juros de Mora	-	(196)
Total despesa	(5)	(203)
Resultado Líquido	14	(202)

21. COBERTURA DE SEGUROS**21.1. Cobertura de seguros**

A Sociedade mantém política cobertura de seguro para ativos sujeitos a riscos, em montante julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 20 de abril de 2016.

Jaime Câmara Junior
Diretor PresidenteTasso José da Câmara
Diretor SuperintendenteClaudia T. C. Toledo
Contador CRC- 12056

70.217

CRC-GO**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS**
EXTRATO DE CONTRATOO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás - CRC-GO, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento do processo de valor dispensável, PIN nº 000128/2016, destinado à contratação de empresa especializada para os serviços de **Manutenção preventiva** (trimestral) e corretiva (quando necessário) nos **Aparelhos de Ar condicionado** deste Regional, a qual contratou-se a empresa **Uniserv Comércio e Prestação de Serviços Eireli - Me**, CNPJ nº 15.640.525/0001-69, pelo período de 12 (doze) meses, sob o valor total de R\$ 7.540,00 (sete mil quinhentos e quarenta reais).

Goiania, 09 de maio de 2016.

Fabrício Santos Ferreira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

70.196

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS
EXTRATO DE ADITIVOO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás - CRC-GO, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento do 2º Termo Aditivo relativo à Carta convite nº 005/2014, processo PIN nº 000106/2014, destinado a contratação de Operadora de Plano de Saúde para os funcionários deste Regional, assim como seus respectivos dependentes, da qual a empresa contratada **Promed Assistência Médica Ltda**, CNPJ nº 03.629.963/0001-47 terá os seus serviços prorrogados por mais 12 (doze) meses, além dos valores atualizados em 18% (dezoito por cento) e R\$ 10,00 (dez reais) para a cobrança de co-participação mediante a realização de cada consulta.

Goiania, 06 de maio de 2016.

Fabrício Santos Ferreira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

70.197

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
LEILÃO N.º 01/2016O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás - CRC-GO, situado à Rua 107 nº 151 Setor Sul Goiânia (GO), TORNA PÚBLICO, que no dia 01/06/2016, às 10:00hs nesta sede, estará realizando licitação na modalidade LEILÃO, tipo MAIOR OFERTA, objetivando a venda de 05 (cinco) veículos. Retire e acompanhe o edital gratuitamente no site www.crcgo.org.br (Portal da Transparência - Licitação). Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação no endereço especificado, Tel (62) 3240-2208, e-mail: licitacao@crcgo.org.br ou à Leiloeira Ivana Branches Jordão Costa, Rua Jaó nº 81 Setor Santa Geneveva, Goiânia (GO) - fones: 3204-2030 e 3204-4247. www.ubaldoleiloes.com.br

Goiania, 09 de maio de 2016.

Fabrício Santos Ferreira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

70.195

SECRETARIA DA SAÚDE**EXTRATO DO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº**
101/2016 - SES/GO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 101/2016.

Processo: 201600010001890.

Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote.

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de Produtos de Laboratório, com disponibilização de Equipamentos em COMODATO, destinados ao LACEN/SES-GO.

Empresa Adjudicatária:

Empresa	CNPJ	Lote Adjudicado
Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda.	21.551.379/0008-74	01 (Único)

Lote Adjudicado: (01 - Único)

Ítem no Lote	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	(57059) BD BACTEC Myco/F Lytic Medium - Propiciam o crescimento e a detecção de microrganismos aeróbicos utilizado com os instrumentos da série BACTEC 9000 e/ou BACTEC FX. Contém meio de cultura não seletivo de Caldo Middlebrook 7H9 para recuperação de micobactérias, leveduras e fungos em sangue e outros líquidos corpóreos estéreis com volume ideal entre 3 a 5 ml. Registro no Ministério da Saúde: 10033430177. Embalagem: Embalagem com 25 unidades. Unidade de faturamento: múltiplos de 25. Origem: Estrangeira - Estados Unidos. Marca: BD. Fabricante: Becton Dickinson and Company. Class. Fiscal: 3821.00.00	TST	1.300	82,42	107.146,00
02	(57055) BD BACTEC MGIT 960 Supplement Kit - Composto pelos seguintes reagentes: BACTEC MGIT PANTA Antibiotic Mixture -	TST	3.000	52,98	158.940,00

Mistura liofilizada de 05 antibióticos: Polimixina B, Anfotericina B, Ácido Nalidixico, Trimetoprim e Azilocilina. Suplemento que quando reconstituído com o enriquecimento Middlebrook OADC, é utilizado para inibir o crescimento de microrganismos contaminantes durante o isolamento primário. Cada frasco reconstituído tem 15 ml. Rendimento do kit: 100 testes. Registro no Ministério da Saúde: 10033430418. Embalagem: Embalagem com 06 frascos de cada. Origem: Estrangeira - Estados Unidos. Marca: BD. Fabricante: Becton Dickinson and Company. Class. Fiscal: 3822.00.90					
(57054) BD BACTEC MGIT Barcoded 7ml Tube - O tubo indicador de crescimento de micobactérias BBL MGIT suplementado com enriquecimento de crescimento BACTEC MGIT e mistura de antibióticos BBL MGIT PANTA tem como finalidade detectar e recuperar micobactérias usando o sistema BACTEC MGIT 960 e/ou BACTEC MGIT 320. Tipos de amostras aceitáveis são amostras clínicas digeridas e descontaminadas e fluidos corpóreos estéreis (exceto sangue). Registro no Ministério da Saúde: 10033430437. Embalagem: Embalagem com 100 unidades. Unidade de faturamento: múltiplos de 100. Origem: Estrangeira - Estados Unidos. Marca: BD. Fabricante: Becton Dickinson and Company. Class. Fiscal: 3821.00.00	TST	3.000	88,00	264.000,00	
Valor Total					R\$ 530.086,00

Normas Regulamentares: Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas vigentes à matéria.**Informações:** Rua SC-1, nº 299, Parque Santa Cruz, Goiânia/GO. Fone: (62) 3201-3840.Gerência de Licitações, Contratos e Convênios -
GLCC/SGPF/SES-GO